

eISSN: 2387-1555

DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/rea20197179189>

## A METAMORFOSE DO ESPAÇO RURAL EM PORTUGAL: MUDANÇA SOCIAL E CONSUMO

*The metamorphosis of the rural space in Portugal: social change and consumption*

*La metamorfosis de los espacios rurales en Portugal: cambio social y consumo*

Luís Miguel Fonseca do NASCIMENTO

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca

✉ [miguelnascimentocmf@gmail.com](mailto:miguelnascimentocmf@gmail.com)

Fecha de recepción: 16 de noviembre de 2018

Fecha de aceptación: 18 de diciembre de 2018

**RESUMO:** Este artigo pretende lançar um breve olhar sobre a metamorfose do espaço rural em Portugal, nomeadamente no que diz respeito às questões do consumo e da mudança social. Num país assimétrico e com fronteiras internas de grande marginalidade geográfica importa perceber, ainda que de uma forma ligeira, como o processo de crescente urbanização do campo e das novas narrativas que esbatem os anteriores conceitos dicotómicos cidade-campo e rural-urbano, têm influência no comportamento dos consumidores, em particular com a chegada das grandes superfícies e centros comerciais às zonas periféricas e ao interior do país. Depois das transformações sociais que ocorreram em Portugal no pós-25 de Abril e da adesão à então CEE - Comunidade Económica Europeia (1986) tentaremos perceber se estamos a caminhar para uma democratização do consumo ou se assistimos a uma descaracterização e perda de identidade dos territórios.

Palavras-chave: território; democratização do consumo; mudança social; identidade; descaracterização.

**RESUMEN:** En este artículo nos proponemos conocer brevemente el proceso de transformación de las zonas rurales en Portugal, en particular con respecto a cuestiones de consumo y el cambio social. En un país asimétrico y con fronteras interiores de gran marginalidad geográfica es importante percibir, aunque de forma sintética, cómo el proceso de creciente urbanización del campo y de las nuevas narrativas desmoronan los anteriores conceptos dicotómicos ciudad-campo y rural-urbano, influencia en el comportamiento de los consumidores, en particular con la llegada de las grandes superficies y centros comerciales a las zonas periféricas y al interior del país. Después de los cambios sociales que se han producido en Portugal en el 25 de abril y después de la adhesión a la entonces CEE - Comunidad Económica Europea (1986), intentaremos entender si estamos caminando hacia una democratización del consumo o si asistimos a una descaracterización y pérdida de identidad de los territorios.

Palabras clave: territorio; democratización del consumo; cambio social; identidad; pérdida de identidad.

**ABSTRACT:** This article intends to give a brief look at the metamorphosis of the rural space in Portugal, specifically in what concerns the questions of the consumption and the social change. In an anti-symmetrical country and with internal borders of great geographic marginality it matters to perceive, although in a slight form, how the process of increasing urbanization of the countryside and of the new narratives that blur the previous dichotomous concepts city-countryside and rural-urban have influence in the consumers' behaviour, in particular with the arrival of the big surfaces and shopping centres to the peripheral zones in the interior of the country. After the social transformations that have occurred in Portugal in the after-25 of April and the admission to the EEC - European Economic Community (1986) we will try to perceive if we are walking towards a democratization of the consumption or if we attend to a mischaracterization and loss of identity of the territories.

Keywords: territory; democratization of the consumption; social change; identity; mischaracterization.

### I. Introdução

Este artigo pretende lançar um breve olhar sobre a metamorfose do espaço rural em Portugal, nomeadamente no que diz respeito às questões do consumo e da mudança social. O território português tem demasiadas fronteiras internas entre litoral e interior, norte e sul. Para um país de pequena dimensão muitos académicos e investigadores questionam se, na verdade, se deve usar esta separação ainda que a nível conceptual. Porém, existem territórios de marginalidade geográfica que representam 2/3 de Portugal e concentram 20% da sua

população. As novas abordagens multicritério classificam estes territórios como de «interioridade» com base na sua fraca densidade populacional, envelhecimento, êxodo demográfico, dispersão do povoamento, características físicas, socio-economia e acessibilidades.

Apesar destas circunstâncias, Portugal tem vindo a conhecer mudanças muito significativas. As diferenças territoriais continuam a fortalecer as fronteiras internas e a contribuir para o afastamento das curvas de convergência e de coesão social e económica. Porém, o tempo novo reclama um outro olhar sobre o território rural e urbano, nomeadamente num contexto de transformação acelerada e estimulada pelo fenómeno da globalização.

Neste sentido, importa perceber, ainda que de uma forma ligeira, como o processo de crescente urbanização do campo e das novas narrativas que esbatem os anteriores conceitos dicotómicos cidade-campo e rural-urbano, têm influência no comportamento dos consumidores, em particular com a chegada das grandes superfícies e centros comerciais às zonas periféricas e ao interior do país. Depois das mudanças sociais que ocorreram em Portugal no pós-25 de Abril e da adesão à então CEE - Comunidade Económica Europeia (1986) tentaremos perceber, entre outros, se estamos a caminhar para uma verdadeira democratização do consumo ou se assistimos a uma verdadeira descaracterização e perda de identidade dos territórios.

## **II. Portugal, um país assimétrico e de marginalidades geográficas**

Portugal é um país assimétrico e com demasiadas fronteiras internas entre litoral e interior, norte e sul. São fronteiras de marginalidade geográfica que desenham um território da interioridade em processo de desertificação galopante. Para um espaço de pequena dimensão como é Portugal muitos académicos e investigadores questionam se, verdadeiramente, é correcta a utilização das designações de litoral e interior para o caracterizar territorialmente. A verdade é que as diferenças existem e o fosso que as separa é cada vez maior. Esse território de marginalidade geográfica representa 2/3 do país e concentra uma pequena percentagem da sua população. Noutra comunicação referimo-nos a esta questão na medida em que tem sido fundamental para a estruturação da nossa linha de pensamento e estudo sobre matérias como a coesão e o desenvolvimento. A interioridade em Portugal representa o conjunto dos territórios que evidenciam a sua assimetria geográfica. Actualmente, o âmbito de actuação do PNCT (Programa Nacional para a Coesão Territorial, aprovado em Novembro de 2016) incide sobre os 165 dos 278 municípios de Portugal continental, distribuídos por 21 das 23 NUT III (Nomenclatura de Unidade Territorial), com uma população de 2,2 milhões, cerca de 20% da população nacional, distribuída por 66.500 km<sup>2</sup>. A recente classificação destes territórios da interioridade teve por base uma abordagem multicritério que engloba a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, a socio-economia e as acessibilidades (NASCIMENTO, 2018).

Ao longo de décadas foram-se acentuando as diferenças entre interior e litoral que contribuíram para a existência de um país que corre a duas velocidades, com muita gente concentrada numa parte (litoral) e uma marginalidade geográfica evidenciada pelas regiões do interior (FERRÃO, 1997). À interioridade estão associados três elementos fundamentais: uma situação de subdesenvolvimento, uma causa principal que diz respeito ao isolamento e a dificuldade de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral, e a uma consequência de enorme gravidade: a desertificação (FERRÃO, 1997).

A fotografia da demografia regional é cada vez mais negra e vazia de esperança. O território vai

ficando cada vez mais deserto. As saídas das pessoas são cada vez menos compensadas com regressos. Este cenário, diagnosticado há décadas, faz com que investigadores como o geógrafo João Ferrão insistam muito no conceito de marginalidade geográfica das regiões do interior, a que é visível e evidente o desinteresse por parte do poder central que, por sua vez, «deveu a uma persistente sangria de gente, nomeadamente daqueles que, pelo seu capital escolar, cultural ou mesmo económico, mais necessários seriam para combater a situação deficitária existente.» (FERRÃO, 1997)

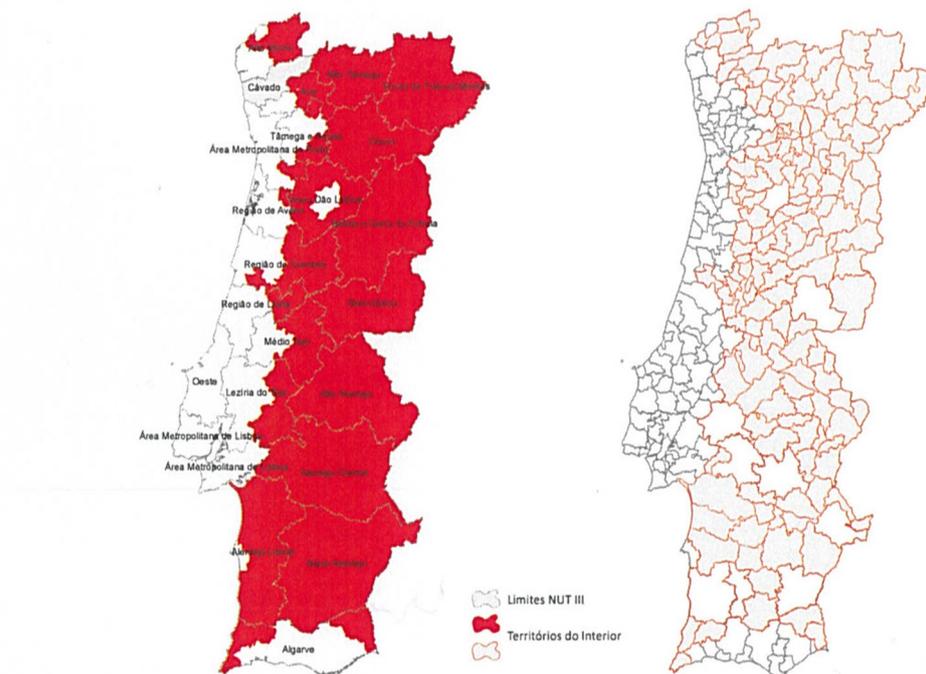


Fig. n.º1. Territórios do Interior/Portugal.  
Fonte: UMVI (2016).

A questão da interioridade é um problema complexo e de difícil resolução. Já se ensaiaram muitas respostas e soluções. Todas falharam na medida em que o território interior continua a afastar-se dos níveis de convergência em relação às zonas do litoral de Portugal e também da União Europeia. Este território reclama soluções de futuro. Reclama uma nova visão, mais eficaz, que introduza um novo pragmatismo onde tem abundado o voluntarismo (NASCIMENTO, 2018). Neste quadro,

*O território não é uma simples realidade geográfica – um suporte físico de vida. Pelo contrário, os territórios são meios de vida, patamares de organização colectiva, contextos de acção e de iniciativa – são recursos em que as pessoas se reconhecem e que, por isso, utilizam. Os territórios são também a base precisa para que se exerçam solidariedades e se mobilizem capacidades. Eles formam-se pela proximidade e consolidam-se pelas relações de que são parte. Um território integrado em relações importantes, insularizado, remetido para a sua natureza básica de espaço geográfico não é, verdadeiramente, um território – é apenas um espaço confinado (REIS, 1997).*

Vivemos numa aldeia global onde tudo acontece a uma velocidade vertiginosa. As novas tecnologias da informação e comunicação e também a pressão dos mercados globais tem vindo a regular tudo no mesmo sentido fazendo com que as comunidades locais percam identidade (NASCIMENTO, 2018). Neste sentido e «para os que partilham visões de localismo globofóbico, o território (aqui identificado como espaço

geográfico) é a única fonte segura de cidadania, não por razões político-administrativas mas porque o «local» constitui o último espaço de resistência, e portanto de sobrevivência, de práticas sociais, valores e actividades em perigo de extinção por influência de poderosos factos externos associados aos processos de globalização» (FERRÃO, 2001: 11).

### III. O espaço urbano e rural em Portugal

Apesar de Portugal ser um país assimétrico e de marginalidades geográficas, com fronteiras internas ao nível da coesão e desenvolvimento, não é estaque em relação ao fenómeno da globalização. Neste sentido, as transformações sociais, económicas e políticas que tiveram lugar nas últimas décadas, moldaram a face destas geografias. Por isso, é tempo de encontrarmos outros ângulos de visão e de análise em relação ao território que não pode ser classificado pela tradicional divisão do espaço entre urbano e rural.

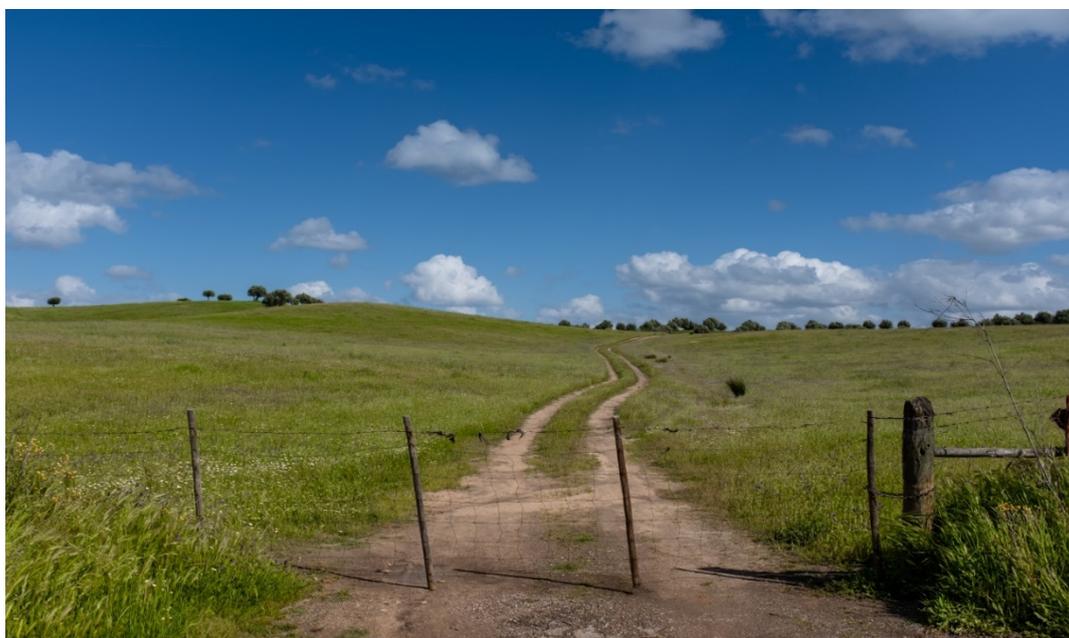


Foto n.º 1. Espaço Rural – Alentejo/Portugal.  
Fonte: fotografia de Pedro Delgado.

Através das leituras dos textos clássicos pode considerar-se «que o espaço rural se caracteriza essencialmente pela noção de contiguidade (entre local de residência e local de trabalho, entre proximidade física e proximidade afetiva), que advém, sobretudo, do baixo nível de densidade populacional» (CARMO, 2009: 259). De facto, o espaço rural: «tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogénea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades» (CARMO, 2009: 263). Para o economista MATEUS a «matriz elementar prevalecente distingue o espaço rural pela baixa densidade populacional e pela importância relativa das actividades do sector primário. A complexidade que está associada à evolução do mundo rural tem conduzido a esforços de acompanhamento dessas mesmas dinâmicas e novas métricas para a sua delimitação» (MATEUS, 2017: 11)

Para além destas breves linhas de caracterização do espaço rural e da necessidade de permanente actualização, importa, no que à narrativa deste artigo diz respeito, distinguir este conceito do que actualmente

é considerado como «território interior». Neste sentido, e segundo a publicação «O Interior em Números. Bases para um diagnóstico», da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, a designação actual dos concelhos do Interior de Portugal «advém não apenas de aspectos demográficos, mas também económicos (escassez e fraca diversidade de actividades económicas, elevada taxa de desemprego), urbanos (insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes), institucionais, (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade) e relacionais (fracas redes de parcerias e deficientes taxas de participação e envolvimento da população)». (<http://www.pnct.gov.pt/missao/>, 2016: 5-6). Estes são os territórios de baixa densidade que reclamam políticas de intervenção que ajudem a quebrar o ciclo vicioso e a perspectivar o futuro.

As últimas décadas mudaram a face dos espaços urbanos e rurais. Caíram alguns estereótipos e fundaram-se outras concepções destes espaços. Neste sentido as «áreas rurais há muito que deixaram de estar associadas exclusivamente à agricultura, pois os espaços consagrados à habitação, às indústrias e aos serviços não param de crescer, contribuindo para a formação de territórios multifuncionais onde emergem novas formas de trabalho e novos tipos de emprego» (ALVES, 2002: 111).

As mudanças levaram à reorganização do espaço em diversos tipos de território, facto que «induziu mutações significativas em domínios como a repartição da população, a localização das actividades económicas ou a distribuição das infra-estruturas e dos equipamentos. Um dos aspectos mais evidentes é a crescente terciarização das áreas rurais em consequência de processos tão variados como: os movimentos de população, as transformações na agricultura, a procura de novas opções para os espaços da vida quotidiana ou a emergência de novas relações sócio-culturais» (ALVES, 2002: 111).

Assim e em função da metamorfose do espaço rural e urbano os académicos e investigadores deparam-se, no tempo actual, com a necessidade de «identificar formas sócio-espaciais que não se encaixam linearmente em nenhuma daquelas categorias analíticas, com territórios que não são urbanos nem completamente rurais, que misturam formas, funções e estruturas e que não se opõem, em termos da sua composição social e morfológica (...) e de contribuir para uma visão pluridimensional, na qual os diversos níveis espaciais, em vez de simplesmente se justaporem, se encontram em imbricada interacção (BAUDIN e VAZ, 2015: 9).

Nesta nova perspectiva, em nosso entender mais ajustada à realidade, os académicos e investigadores têm vindo a abordar o conceito de «transacção territorial». Assim, a velha dicotomia urbano-rural começa, em função de todas as metamorfoses, a dar lugar a uma nova abordagem que coloca a transição territorial «como potencialmente agregadora de articulações e interdependências, suportada por mobilidades e territorializações, representativas de tensão entre dinâmicas reticulares e tendencialmente globalizantes, que constituem o nível de conectividade urbana nacional e internacional, e as dinâmicas de maior proximidade que materializam a capacidade de integração e de desenvolvimento local e regional» (BAUDIN e VAZ, 2015: 9).

Neste contexto, a noção de território ganhou outra dimensão. Durante décadas assistiu-se ao esvaziamento do mundo rural em Portugal. Os habitantes destas geografias partiram para as cidades do litoral e do estrangeiro à procura de uma vida melhor. O interior foi-se despovoando. Enfraqueceu-se. A desertificação foi-se instalando. Porém, há novos sinais de esperança. Registam-se regressos e novas perspectivas de vida que assentam na proximidade com a natureza. A metamorfose do mundo rural teve lugar num contexto de uma grande mudança social e de democratização do consumo.

#### IV. Mudança social e democratização do consumo

As narrativas de muitos investigadores associaram Portugal, sobretudo até à década de 60 do séc. XX, a uma sociedade rural, provavelmente porque até então a maioria da população vivia no campo e a principal contribuição para o PIB vinha da agricultura. Entretanto, as mudanças políticas e sociais que ocorrerem em Portugal contribuíram para a alteração da imagem de «país rural» que estava colada a Portugal; nomeadamente, a queda do regime ditatorial, a revolução do 25 de Abril, o desmoronamento do império colonial, o êxodo rural, a emigração e a entrada na EFTA. Estes acontecimentos marcantes quebraram o isolamento internacional a que Portugal esteve amarrado durante os anos da ditadura e abriram as portas à Europa e ao mundo. «Essas mudanças contribuíram para a reconfiguração das relações interdependentes entre as áreas rurais e urbanas, já que se registou uma crescente urbanização e intensificação dos fluxos de pessoas e alimentos nas décadas seguintes. Estas mudanças foram consolidadas durante o regime democrático e sobretudo após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986» (TRUNINGER, 2015: 62). A 1 de Janeiro de 2016, Portugal completou 30 anos de integração europeia. Muita coisa mudou entre avanços e recuos. É consensual e reconhecido o esforço que Portugal realizou nestas 3 décadas, fazendo neste período o que muitos países puderam fazer, paulatinamente, ao longo de décadas. Os portugueses depositaram muita esperança no processo de integração europeia desejando ardentemente a melhoria das condições de vida. Ao mesmo tempo, a Europa desejava apoiar Portugal a consolidar a sua democracia evitando assim a existência de um território no sul do velho continente com perturbações políticas:

*(a) Europa era a democracia, o progresso, a prosperidade, o espelho no qual nos olávamos como a nossa aspiração ideal. Após quase cinco décadas de ditadura, Portugal superou uma letargia quase secular, com um atraso e isolamento endémicos, qual realidade marginal e frágil, em que a tradição sobrepunha fortemente a modernidade, dominada por uma endogamia intelectual e política que impunha uma autarcia mental com gravosas consequências culturais e sócio-económicas (ROCHA, 2007: 24).*

Seguiram-se anos de euforia. Portugal cresceu e desenvolveu-se muito. Recuperou, de forma impressionante, o tempo perdido. O apoio da União Europeia foi fundamental para a construção de infraestruturas, para o crescimento económico e para o bem-estar social. A partir da década de 90 do século XX Portugal registou um grande crescimento:

*apoiado no processo de desregulamentação e na liberalização do sistema bancário nacional, nas descidas das taxas de juro e da taxa de inflação, em consequência do processo de adesão à União Económica e Monetária e à entrada na Zona Euro, e na eliminação de políticas de limites e crédito, o que se reflectiu positivamente sobre a oferta de crédito, criando as condições para o aparecimento de novos produtos e conduzindo a uma maior facilidade no acesso ao crédito. Para além disso, o baixo nível de endividamento das famílias portuguesas, a manipulação das campanhas publicitárias para a concessão de crédito ao consumo e a existência de menores custos de transacção devido ao rápido desenvolvimento tecnológico, contribuiu igualmente para o rápido crescimento da procura de crédito, colidindo com valores tradicionais contraditórios bem enraizados na sociedade portuguesa. Num momento de conjuntura económica favorável, a publicidade transmitiu a ideia de que os créditos não eram caros, camuflando os verdadeiros custos dos empréstimos e destacando a sua facilidade de contratação (MOREIRA, 2011: 92-93).*

Neste sentido, o Portugal Europeu foi lido pela generalidade da população como um espaço de novas possibilidades onde se poderia fruir o presente e aceder ao conforto de um cabaz mais alargado de bens e serviços, dos produtos alimentares aos electrodomésticos, da moda às comunicações, dos automóveis ao lazer (MATEUS, 2015: 65).



Foto n.º 2. Cova da Beira/Portugal  
Fonte: fotografia de Pedro Delgado.

No âmbito do processo de integração europeia «o poder de compra das famílias portuguesas ganhou a confiança das taxas de inflação e de desemprego mais baixas, o amparo do Estado Social mais amplo e a alavancagem do crédito mais fácil e barato. A oferta comercial e as marcas de distribuição modernas responderam ao impulso: super e hipermercados ou maiores centros comerciais povoaram o país e revolucionaram os hábitos de consumo dos portugueses» (MATEUS, 2015: 65). A adesão à comunidade económica europeia abriu as portas do mercado livre a Portugal e «criou uma série de oportunidades que potenciaram as tendências de modernização anteriormente esboçadas. Efectivamente, foi desde finais de 1985 que conheceram grande expansão as novas formas de comércio já correntes noutros países» (SALGUEIRO, 1992: 703).

Foi neste período e neste contexto que se instalaram as grandes superfícies, como evidência maior do registo de transformações radicais no «sector alimentar, onde se registou uma tendência para redução do pequeno comércio independente (...), a generalização do livre serviço e a implantação de grandes unidades na periferia das principais aglomerações. Simultaneamente, aparecem lojas novas bastante especializadas nalguns bairros e mesmo nos centros comerciais, quer no ramo alimentar, quer nos outros» (SALGUEIRO, 1992: 704-705).

Os supermercados «foram a primeira forma moderna de comércio que apareceu em Portugal. Depois dos precursores no início dos anos 60, a expansão vai ocorrer já no decénio seguinte, na sequência da instalação em Portugal da cadeia Pão de Açúcar, que abriu 19 lojas entre 1970 e 1974, principalmente na região de Lisboa» (SALGUEIRO, 1992: 705). Já os centros comerciais «apareceram em Lisboa em 1971, mas desenvolveram-se pouco até 1977, porque a crise política de 1974 teve um efeito retardador sobre a proliferação das iniciativas. A expansão mais intensa fez-se principalmente nos anos 80, quando se difundiram pelas capitais de distrito do litoral e coroas suburbanas, primeiro, pelas cidades do interior, depois.» (SALGUEIRO, 1992: 706).

As grandes superfícies também vieram introduzir modificações significativas no quadro da localização da «distribuição dos equipamentos e requer também diferentes modelos de explicação. A alteração mais notória foi a instalação de grandes superfícies na periferia das aglomerações urbanas, na coroa suburbana ou mesmo na franja urbana (caso dos centros comerciais regionais de grandes dimensões), alterando o equilíbrio tradicional na repartição do comércio entre o centro e a periferia» (SALGUEIRO, 1992: 707).



Fig. n.º 4. Centro Comercial Serra Shopping – Covilhã/Portugal.  
Fonte: fotografia de Pedro Delgado.

Por outro lado, e considerando que nas «periferias havia graves carências de equipamento, quer em termos de comércio, quer de serviços, porque a população crescia sem o desenvolvimento paralelo dos serviços. A instalação destes era muito duvidosa, uma vez que a baixa densidade, que caracterizava muitas áreas suburbanas, não assegurava o mercado necessário à distância conveniente. Mas os princípios da teoria dos lugares centrais que informavam muitos estudos de localização seriam também contestados com o aparecimento das novas formas de comércio» (SALGUEIRO, 1992: 707).

O contexto económico favorável que acompanhou a expansão das grandes superfícies também generalizou a posse de automóveis que, por sua vez, contribuiu para consolidar as novas plataformas de promoção do consumo, na medida em que «muitos consumidores estão dispostos a percorrer maiores distâncias desde que o percurso seja menos congestionado e haja facilidades para estacionar. A emergência das grandes superfícies na periferia foi acompanhada por um discurso ideológico sobre a tripla libertação do consumidor, que se via livre dos engarrafamentos do centro, dono das suas escolhas através do livre serviço e compraria mais barato, uma vez livre das disfunções ou ineficiências do comércio pulverizado». (SALGUEIRO, 1992: 707).

Para o economista MATEUS o Portugal Europeu «conhece, desde a crise financeira e orçamental, um ciclo de contenção do consumo depois da expansão até 2008. As transformações nas operações logísticas e nos formatos comerciais foram radicais. Os centros comerciais ocupam hoje uma área 30 vezes maior do que ocupava à entrada na CEE. Palco do entusiasmo com que os portugueses experienciaram a sociedade de consumo, a ida às unidades da distribuição moderna e aos centros comerciais reconfigurou a instituição social

do passeio público» (MATEUS, 2015: 66).

Apesar de todas as mudanças sociais e da melhoria das condições de vida dos portugueses a verdade é que, depois de 30 anos de integração e consolidação europeia, Portugal continuou com uma parte muito significativa do seu território associada à geografia da marginalidade. Ainda assim, os territórios da interioridade, nomeadamente as capitais de distrito e as cidades de maior pujança económica, começaram a acolher, de forma paulatina, grandes superfícies comerciais. Foi um processo de democratização do consumo que fez chegar os produtos que habitualmente eram distribuídos nas áreas metropolitanas e nas grandes cidades do litoral do país até à geografia da interioridade.

Esta realidade abalou o comércio tradicional, provocou crises e ajustamentos, e modificou o perfil dos consumidores portugueses. A democratização do consumo fez com que praticamente todos os bens estivessem ao alcance de todos, independentemente da sua localização geográfica. As grandes superfícies e os centros comerciais ganharam amplitude e tornaram-se espaços sociais de convívio. A diversidade da oferta, os preços baixos e promoções, os horários alargados de funcionamento, a capacidade de estacionamento, a acessibilidade e atractividade dos seus espaços sociais e de lazer contribuíram para que, mesmo nos territórios de baixa densidade, estas novas estruturas e equipamentos tivessem margem de progressão.

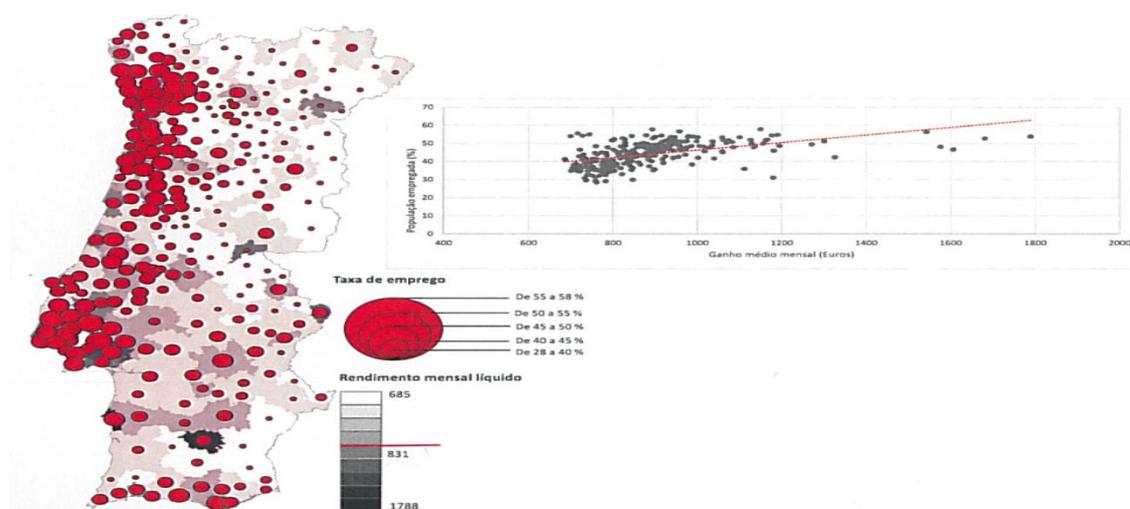


Fig. n.º 2 . Distribuição do rendimento mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem (UMVI).  
Fonte: UMVI (2016).

O comércio tradicional sofreu muito com esta explosiva implantação dos centros comerciais e das grandes superfícies. Este segmento também teve que se ajustar às mudanças. Muitas lojas dos centros cívicos das cidades e vilas de pequena e média dimensão encerraram portas, contribuindo, a par com o envelhecimento e desertificação populacional, para um enfraquecimento económico e social dos territórios da interioridade. A análise dessa mudança não cabe no objecto deste artigo. Apenas nos interessa evidenciar que, apesar de todas as circunstâncias, a expansão das grandes superfícies e dos centros comerciais contribuiu para a democratização do consumo, colocando quase todos os produtos ao alcance de quase todos os consumidores, independentemente da sua localização geográfica.

Numa sociedade democrática, com economia de mercado aberta à Europa e ao mundo, o fenómeno da globalização continua a fazer o seu caminho. Apesar das desigualdades sociais e territoriais, os indicadores económicos ainda permitem que se realizem análises de risco com pendor favorável à instalação de grandes superfícies e centros comerciais no interior do país ainda que, por razões óbvias, em menor número. É, naturalmente, muito importante que os cidadãos dos territórios de baixa densidade tenham acesso aos bens de consumo e às estratégias globais de massificação da distribuição. No entanto, também se manifesta a preocupação com a perda de identidade, uma mais-valia destas geografias, que poderá acontecer, de forma paulatina mas galopante, na medida em que as grandes estruturas de promoção do consumo avançam.

A democratização do consumo é uma questão fundamental. Mas a identidade do território é uma referência ancestral que permitirá sempre definir os caminhos do futuro e semear a esperança. A identidade é, na nossa opinião, uma bolsa de resistência destes territórios.

Como foi referido, a implementação das grandes superfícies e centros comerciais foi um indicador importante para a modernização do país. Porém, e para além desta evolução notável, a verdade é que as assimetrias económicas e sociais continuam a existir. As abordagens académicas e as estatísticas dos organismos oficiais têm vindo a consolidar o diagnóstico de um país assimétrico, desigual e de profundas marginalidades geográficas.

Um estudo do Instituto Nacional de Estatística sobre o poder de compra concelhio em 2015 e publicado em 2017 revelou que dos «308 municípios portugueses, 33 apresentavam valores acima da média nacional relativamente ao indicador do poder de compra per capita (IpC). Ainda acima da média nacional estavam as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. O indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 23 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional e que os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 51% do poder de compra nacional» (INE, 2017: 1).

O mesmo estudo referia que além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra per capita superior à média nacional, com relevância para Faro (132,1), Coimbra (131,5), Aveiro (125,1) e Évora (116,4), com valores de IpC superiores a 110. Com resultados acima deste limiar, evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (133,5), no Alentejo Litoral, e do Funchal (115,3), na Região Autónoma da Madeira. O INE indicava ainda que no conjunto do território nacional, 147 municípios (48% do total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra per capita manifestado, oito pertenciam ao Interior das regiões Norte e Centro (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Viseu Dão Lafões) e dois à Região Autónoma da Madeira (INE, 2017: 2). Ou seja, apesar de todas as mudanças e transformações sociais e económicas que foram referidas neste artigo, a tendência para a caracterização de um país assimétrico e desigual confirma-se em cada estudo realizado independentemente das variáveis em equação.

## V. Considerações finais

Neste artigo exploraram-se leituras de uma realidade desigual que caracteriza um país assimétrico. Cruzando a demografia com a economia percebe-se que, apesar de todas as transformações que ocorreram em Portugal nas últimas décadas, nomeadamente depois da revolução do 25 de Abril de 1974 e da adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, a população e a actividade económica continua a estar demasiado concentrada

nas áreas metropolitanas e no litoral do país, deixando 2/3 do território com 20% da população num processo de grande desigualdade ao nível da coesão, desenvolvimento e perspectivas de futuro. A proliferação de grandes superfícies e centros comerciais a nível nacional e a sua chegada aos territórios da interioridade contribuíram para a democratização do consumo. A metamorfose do mundo rural fez derrubar conceitos clássicos sobre o espaço rural e urbano. Abordam-se estas geografias como territórios de transição que sofreram metamorfoses. Entre mudanças continuadas e o fenómeno da globalização, deseja-se mais equilíbrio entre as diversas geografias e, sobretudo, que não se perca a identidade e a marca territorial que assenta na força da tradição e da ancestralidade dos costumes. A força das raízes ainda é uma sementeira de esperança.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, T. (2002). «Os serviços nas áreas rurais: inovação social e território». *GeoInova*, 5, 111-138.
- BAUDIN, G. e VAZ, D. (2015). *Transacção Territorial – Novas Relações Cidade-Campo*. Vila Nova de Famalicão: Humus.
- CARMO, R. (2009). «A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação». *Sociologias*, 11(21), 252-280.
- FERRÃO, J. (1997). «Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores». Colóquio promovido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, durante a Jornada da Interioridade, realizada a 13 de Junho em Idanha-a-Nova.
- FERRÃO, J. (2001). «Território, a última fronteira da cidadania?». *Cadernos de Geografia*, Número Especial.
- MATEUS, A. (Coord.) (2011). *Três décadas de Portugal europeu – Balanço e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- MATEUS, A. (Coord.) (2017). *O mundo rural e o desenvolvimento económico e social em Portugal – Uma Agenda para o futuro*. Idanha-a-Nova: Sociedade de consultores Augusto Mateus & Associados - Edição Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- MOREIRA, F. R. (2011) «O consumo e o crédito na sociedade contemporânea». *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 91-114.
- NASCIMENTO, L. (2017). «O Emprego no espaço rural: o caso do município de Palmela (Portugal)». *Revista San Gregório*, 18, 86-99.
- NASCIMENTO, L. (2018). «A Cultura como caminho de afirmação, coesão e desenvolvimento das geografias da interioridade em Portugal». *REA – Revista Euroamericana de Antropología*, 5, 53-63.
- REIS, J. (1997). *Interior, desenvolvimento e território*. Colóquio promovido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, durante a Jornada da Interioridade, realizada a 13 de Junho em Idanha-a-Nova.
- ROCHA, A. (2007). *Portugal, da ditadura à integração: 20 anos na União Europeia*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Letras e Ciências Humanas / Centro de Estudos Humanísticos.
- SALGUEIRO, T. (1992). «A integração europeia e as novas formas de comércio». *Análise Social*, XXVII(118-119), 703-721.
- TRUNINGER, M. «A Cidade e o campo: memórias e práticas alimentares de um grupo de consumidores urbanos». Em BAUDIN, G. e VAZ, D. M. (ed.). (2015) *Transição Territorial – Novas Relações Cidade-Campo*. Vila Nova de Famalicão: Humus, pp. 61-73.